

## PROJETO DE LEI Nº DE 2019

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que *estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais*, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Dê-se ao art. 3º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, a seguinte redação:

“**Art. 3º** São objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):

.....

VII - .....

VIII - o reaproveitamento dos materiais retidos ou acumulados nas barragens; e

IX - a utilização de tecnologias que reduzam a quantidade de rejeito.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os desastres ocorridos em Mariana e Brumadinho revelaram a falta de segurança das barragens de rejeitos de mineração, sobretudo aquelas construídas no modelo de alteamento a montante. Foi, portanto, fundamental, a iniciativa da Agência Nacional de Mineração de obrigar o descomissionamento, até 2021, de todas as barragens do modelo alteamento a montante.

É preciso, contudo, ir além.

Embora os modelos de construção de barragem que adotem o alteamento a jusante ou a linha de centro sejam mais seguros, é importante estimular a adoção de tecnologias de exploração e de beneficiamento mineral que gerem menos rejeito. No empilhamento a seco, por exemplo, os rejeitos passam por técnicas para a retirada da água, ficam mais sólidos e são depositados em áreas protegidas por diques. O processo sai mais caro, mas economiza-se água e elimina-se a necessidade de barragens.

Deve também ser estimulado ao máximo o reaproveitamento dos rejeitos existentes, quer sob a forma de novo ciclo de beneficiamento, quer sob a forma de novos produtos. Há muitas práticas bem sucedidas no exterior e pesquisas no Brasil que apontam para uma variedade de possíveis usos dos rejeitos.

Para que essas iniciativas sejam valorizadas e estimuladas, propomos inclui-las dentre os objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Para tanto, alteramos o art. 3º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e consagramos como objetivos da PNSB o reaproveitamento dos materiais acumulados nas barragens e a utilização de tecnologias que reduzam a quantidade de rejeito. Esperamos que tal inclusão estimule as autoridades a propor regulamentos e estímulos que facilitem a

adoção de novas tecnologias. Não podemos ainda prescindir das barragens de rejeitos, mas podemos reduzir suas dimensões e, portanto, seus impactos.

Em resumo, cremos que a explicitação desses objetivos pode contribuir para a adoção de novas tecnologias que melhorarão o desempenho e a segurança de nossas barragens. Por essa razão pedimos o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



SF/19775.86257-96